



# **O Impacto da Corrupção no Investimento Direto Estrangeiro**

Mestrado em Gestão

Verónica Andreia Ferreira Carvalho

Leiria, julho de 2023



# **O Impacto da Corrupção no Investimento Direto Estrangeiro**

Mestrado em Gestão

Verónica Andreia Ferreira Carvalho

Dissertação realizada sob a orientação do Professor Doutor Nuno Manuel Rosa dos Reis e do Professor Doutor João Neves de Carvalho Santos.

Leiria, julho de 2023

# **Originalidade e Direitos de Autor**

A presente dissertação é original, elaborada unicamente para este fim, tendo sido devidamente citados todos os autores cujos estudos e publicações contribuíram para a elaborar.

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição de que seja mencionada a Autora e feita referência ao ciclo de estudos no âmbito do qual a mesma foi realizada, a saber, Curso de Mestrado em Gestão, no ano letivo 2022/2023, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal, e, bem assim, à data das provas públicas que visaram a avaliação deste trabalho.

# **Dedicatória**

Aos meus meninos.

# Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha família, que apesar de todos os obstáculos, estiveram sempre a meu lado. Ao Rodrigo, pelo menino extraordinário que é, e que me surpreende a cada dia que passa. Foi, sem saber, o grande impulsionador desta aventura no ensino superior. À Érica pelas horas de alegria despreocupada que proporciona, que me enchem o coração e que julguei não voltar a vivenciar. Ao Tiago, por partilhar comigo o gosto por aprender sempre mais. E ao Nuno por dividir comigo o projeto de família.

Em segundo lugar aos meus estimados orientadores, Doutor Nuno Manuel Rosa dos Reis e Doutor João Carvalho Santos, o meu muito obrigado pela ajuda, pelas horas a ler as muitas versões desta dissertação, mas sobretudo pelo apoio e pelas palavras de incentivo. Fizeram toda a diferença.

E por fim, mas não menos importante, os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles com quem me cruzei ao longo do meu percurso académico. Desde os professores com quem tive o privilégio de me cruzar nesta jornada, aos colegas de curso, com quem partilhei tantas horas de estudos, de trabalho e de boa disposição, sem eles este caminho não teria o mesmo significador.

A todos o meu muito obrigado.

# Resumo

Os efeitos da Corrupção são notórios em toda a economia e está geralmente associada a perda de bem-estar da sociedade como um todo. Os fluxos de IDE estão associados ao crescimento, o que geralmente se associa a melhoria de qualidade de vida da sociedade. Procurei, na presente dissertação compreender qual o impacto da corrupção no IDE tendo como base o ponto de vista da teoria institucional, através do estudo dos fluxos de IDE, realizados por 111 países, no período de 2006 a 2022. O principal objetivo é analisar o impacto que a existência de corrupção no país de origem, tem na decisão de efetuar IDE por parte do investidor. Os resultados do presente estudo demonstram que a grande corrupção influencia positivamente os fluxos de IDE e, pelo contrário a pequena corrupção influencia negativamente os fluxos de saída de IDE, nos países e período em análise. Esta dissertação contribui para o conhecimento existente, uma vez que, tendo obtido resultados contraditórios, com a grande corrupção a apresentar impacto positivo e a pequena corrupção a apresentar impacto negativo, nos ajuda a compreender uma das possíveis causas para a falta de unanimidade nos estudos existentes para o impacto da corrupção nos fluxos de IDE.

**Palavras-chave:** “Corrupção”, “Grande Corrupção”, “Pequena Corrupção”, “Investimento Direto Estrangeiro”

# Abstract

The effects of corruption are notorious throughout the economy and are generally associated with the loss of well-being of society as a whole. FDI flows are associated with growth, which is usually associated with improving society's quality of life. I sought, in this dissertation, to understand the impact of corruption on FDI based on the point of view of institutional theory, through the study of FDI flows, conducted by 111 countries, from 2006 to 2022. The main objective is to analyze the influence of great corruption and small corruption in the decision to make IDE. The results of the present study show that large corruption positively influences FDI flows and, on the contrary, small corruption negatively influences FDI outflows in the countries and period under analysis. This dissertation contributes to the existing knowledge, since, having obtained contradictory results, with large corruption having a positive impact and small corruption having a negative impact, helps us understand one of the possible causes for the lack of unanimity in existing studies for the impact of corruption on FDI flows.

**Keywords:** "Corruption", "Grand Corruption", "Petty Corruption", "Foreign Direct Investment"

# Índice

<b>Originalidade e Direitos de Autor</b> .....	<b>iii</b>
<b>Dedicatória</b> .....	<b>iv</b>
<b>Agradecimentos</b> .....	<b>v</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>vi</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>vii</b>
<b>Lista de tabelas</b> .....	<b>x</b>
<b>Lista de siglas e acrónimos</b> .....	<b>xi</b>
<b>1. Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>2. Revisão de Literatura</b> .....	<b>3</b>
<b>2.1. Corrupção</b> .....	<b>3</b>
2.1.1. Efeitos da Corrupção .....	4
2.1.2. Formas de corrupção .....	6
2.1.3. Grande Corrupção .....	8
2.1.4. Pequena Corrupção .....	9
<b>2.2. O Investimento Direto Estrangeiro (IDE)</b> .....	<b>11</b>
<b>2.3. IDE Escapista</b> .....	<b>14</b>
<b>2.4. O Impacto da Corrupção no IDE</b> .....	<b>14</b>
<b>3. Hipóteses</b> .....	<b>17</b>
<b>4. Método</b> .....	<b>20</b>
<b>4.1. Amostra</b> .....	<b>20</b>
<b>4.2. Variáveis</b> .....	<b>21</b>
4.2.1. Variável dependente .....	21
4.2.2. Variáveis Independentes .....	21
4.2.3. Variáveis de controlo .....	22
4.2.4. Resumo das variáveis .....	25
<b>4.3. Procedimento</b> .....	<b>27</b>
<b>5. Resultados</b> .....	<b>28</b>
<b>5.1. Estatísticas descritivas</b> .....	<b>28</b>
<b>5.3. Análise das correlações</b> .....	<b>30</b>

<b>5.4. Testes de Hipóteses .....</b>	<b>31</b>
<b>6. Discussão .....</b>	<b>33</b>
<b>6.1. Contributo .....</b>	<b>34</b>
<b>6.2. Contribuições para a prática .....</b>	<b>35</b>
<b>6.3. Limitações e sugestões de pesquisa futura .....</b>	<b>35</b>
<b>7. Conclusão .....</b>	<b>37</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>38</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>46</b>

# Lista de tabelas

Tabela 1 – Descrição das variáveis do estudo.....	26
Tabela 2 – Valores <i>Variance Inflation Factors</i> .....	27
Tabela 1 – Estatísticas descritivas.....	29
Tabela 2 – Correlações das variáveis .....	30
Tabela 3 – Resultados da regressão .....	31

## Lista de siglas e acrónimos

ESTG	Escola Superior de Tecnologia e Gestão
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IPC	Índice Perceção da Corrupção
OCDE	Organização para o Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RNB	Rendimento Nacional Bruto
UE	União Europeia
USD	<i>United States Dollar</i>



# 1. Introdução

Existe por parte de várias instituições um interesse crescente em compreender o fenômeno da corrupção (Cuervo-Cazurra, 2008). O interesse passa por compreender as consequências da sua prevalência, mas sobretudo formas de combatê-la, uma vez que é unânime a ideia de que a corrupção tem efeitos nefastos que se sentem de forma transversal por toda a economia o que coloca em causa a qualidade de vida da sociedade como um todo (Urbina, 2020). Por outro lado, temos também interesse em compreender o que afeta os fluxos de IDE, pois é unânime a ideia de que o IDE gera benefícios para o investidor e para os países envolvidos, uma vez que ambos beneficiam das vantagens associadas a esta forma de investimento (Primorac et. al., 2011). Interessa por isso perceber qual a sensibilidade que os investidores apresentam à existência de corrupção aquando da decisão de realizar IDE.

Ao longo do tempo vários autores analisaram os principais determinantes do IDE recebido e realizado por um país (Primorac et. al., 2011; Shabbir & Anwar, 2007). Um dos determinantes que surge muitas vezes na literatura é a corrupção (Belgibayeva & Plekhanov, 2019; Cuervo-Cazurra, 2008). Nesse sentido a presente dissertação procurou perceber se a percepção de existência de corrupção influencia os fluxos de saída de IDE. Para isso analisei os fluxos de saída de IDE de 111 países entre 2006 e 2022, e procurei compreender a relação entre a corrupção e a decisão de realizar IDE.

Esta dissertação tem como principal objetivo analisar o impacto que a existência de corrupção no país de origem, tem na decisão de efetuar IDE por parte do investidor. De acordo com a revisão de literatura a relação não é clara. Existem estudos que afirmam a existência de uma relação negativa, quando a corrupção funciona como “areia nas engrenagens”, diminuindo assim os fluxos de IDE (Spyromitros & Panagiotidis, 2022), existem outros estudos que afirmam que a existência de corrupção impacta positivamente os fluxos de IDE ao funcionar como “lubrificante nas engrenagens”, levando assim ao aumento de fluxos de IDE (Cuervo-Cazurra, 2008). Como a literatura nos fornece diferentes perspectivas para analisar a corrupção e nos apresenta diferentes resultados, a existência de relação entre a corrupção e de IDE não é clara, nem o sentido em que a mesma poderá ocorrer. Partindo do ponto de vista da teoria institucional, analisei a corrupção dividindo-a

em grande e pequena corrupção e desenvolvi duas hipóteses onde analiso o impacto da grande corrupção e da pequena corrupção nos fluxos de saída de IDE.

Os resultados apresentados corroboram a literatura existente, sendo que se verifica que os efeitos da corrupção no IDE variam em sentidos opostos. Se por um lado, o presente estudo empírico fornece a ideia de que a grande corrupção impacta positivamente os fluxos de saída de IDE. Por outro lado, também apresenta a ideia de que a existência de pequena corrupção impacta negativamente os fluxos de saída da IDE. Assim a presente dissertação visa contribuir para o conhecimento existente, ao ajudar a compreender os resultados distintos, uma vez que não há unanimidade no impacto que a corrupção tem nos fluxos de IDE.

A presente dissertação está dividida em 7 capítulos. No primeiro capítulo procuro explicar a escolha do tema e as questões de investigação a que pretendo responder. No segundo capítulo apresento a revisão de literatura sobre a corrupção, o IDE e o quais os resultados que os autores encontraram para a relação entre estas duas variáveis. No terceiro capítulo apresento as questões de investigação a que me propus dar resposta e o modelo conceptual. Já o quarto capítulo é composto pela amostra, pelas variáveis em estudo, assim como a fonte de recolha dos dados para as variáveis, a definição da amostra e o período em análise. É ainda constituído pelo procedimento. O quinto capítulo é constituído pela apresentação dos resultados do modelo. O sexto capítulo apresenta a discussão, as limitações ao presente trabalho assim como sugestões de pesquisa para trabalhos futuros. O sétimo capítulo contém as conclusões do trabalho. Os capítulos oito e nove são compostos, respetivamente, pela bibliografia e anexos desta dissertação.

## 2. Revisão de Literatura

### 2.1. Corrupção

Existem na literatura inúmeras definições para a corrupção, pelo que não existe acordo sobre a sua natureza exata (Rose, 2018). O facto de todas apresentarem diferenças, representa um desafio à capacidade dos investigadores e dos responsáveis políticos de afirmar definitivamente o que é a corrupção, o que pode pôr em causa os esforços para a medir e a combater (Rose, 2018). Não obstante, apresento algumas definições que são aceites de forma mais ou menos unânime.

De acordo com a 26<sup>a</sup> Convenção das Nações Unidas a corrupção ocorre com a oferta de vantagem indevida feita a um agente, a fim de obter ganhos indevidos. Já a definição segundo a Transparência Internacional, muitas vezes mencionada na literatura (Hanoteau & Pawitan, 2020; Navickas et al., 2016; Rose, 2018), a corrupção define-se pelo abuso do poder confiado para obtenção de benefícios privados. A corrupção pode ser classificada como grande, pequena e política, dependendo do volume de dinheiro perdido e do sector em que ocorre (Transparência Internacional, 2019).

A corrupção na política acontece quando um funcionário público, viola as regras em detrimento do interesse público, para benefício próprio e de um terceiro (Navickas et al., 2016), que assim acede a bens ou serviços que de outra forma não conseguiria aceder (Rose, 2018). É um acordo pelo qual um funcionário público recebe um pagamento em troca de uma decisão favorável (Capasso & Santoro, 2018).

Em todo o mundo a corrupção continua a estar presente como uma praga social (Ceschel et al., 2022). É vista como um sinal de fracas políticas governamentais (Goel et al., 2022). Resulta no desperdício de recursos, tantos os que são canalizados pela prática de crimes de corrupção, como os que são canalizados para o seu combate (Cuervo-Cazurra, 2006), é também uma das causas de mau funcionamento das instituições (Primorac et. al., 2011), tornando-se um obstáculo insuportável para o desenvolvimento das relações económicas internacionais, pelas consequências que causa (Primorac et. al., 2011), de tal forma que o *World Bank* classificou a corrupção como o maior obstáculo ao desenvolvimento económico a nível mundial (World Bank, 2023).

Urge assim a necessidade de prevenir e combater a corrupção (Nações Unidas, Capítulo III, da 26ª Convenção, 2007), de modo a limitar a ocorrência dos seus efeitos (Ceschel et al., 2022), que se verificam na esfera política, ambiental, social e económica (Transparência Internacional, 2022). Estas consequências têm impacto tanto no crescimento económico como no emprego dos recursos (World Bank, 2023). Existem várias organizações supranacionais que se têm debruçado sobre esta temática, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE), o *World Bank*, a Transparência Internacional, entre outros. Ao longo da presente dissertação utilizaremos a definição da Transparência Internacional, ou seja, a corrupção define-se pelo abuso do poder confiado para obtenção de benefícios privados, podendo ser classificada como grande, pequena e política, dependendo do volume de dinheiro perdido e do sector em que ocorre.

### **2.1.1. Efeitos da Corrupção**

Os efeitos da corrupção tendem a sentir-se por toda a economia (Urbina, 2020), e atingem toda a sociedade (Shabbir & Anwar, 2007). Têm impacto em vários indicadores económicos (Navickas et al., 2016), tais como o desenvolvimento económico (Spyromitros & Panagiotidis, 2022), o crescimento económico (Urbina, 2020), ou no investimento (Cuervo-Cazurra, 2006). Este impacto pode ser positivo, quando a corrupção funciona como “lubrificante nas engrenagens” da atividade económica (Cuervo-Cazurra, 2006), ou negativo quando a corrupção funciona como “areia nas engrenagens” da atividade económica, tornando os processos mais morosos (Spyromitros & Panagiotidis, 2022).

A existência de corrupção coloca em causa o correto funcionamento das organizações (Primorac et. al., 2011). Os funcionários mantêm a ineficiência no acesso aos bens e serviços oferecidos, para assim poder beneficiar do recebimento de subornos (Chêne, 2019). A corrupção abre uma janela de oportunidade aos funcionários de obterem ganhos extra (Mashali, 2012), aceitando pagamentos das pessoas que procuram os serviços e que encontrando um serviço ineficiente, estão dispostas a pagamentos que não sendo legais são a única forma de obter o serviço pretendido (Chêne, 2019).

A corrupção é considerada moralmente errada uma vez que beneficia algumas pessoas em detrimento do bem-estar da sociedade como um todo (Primorac et. al., 2011). Leva à

redução do bem-estar social ao afetar dimensões como saúde, educação, pobreza (Urbina, 2020) e a distribuição de riqueza (Rose, 2018). Ao remunerar o poder de corromper ou ser corrompido em vez do trabalho, leva ao aumento das desigualdades, criando desconfiança no governo e minando o contrato social (World Bank, 2023). Acresce ainda que países com maiores níveis de corrupção impõem taxas de impostos mais altas do que suas contrapartes menos corruptas e as pessoas deixam de estar tão disponíveis para pagar impostos, uma vez que não recebem as contrapartidas esperadas (Spyromitros & Panagiotidis, 2022). Os países capazes de enfrentar a corrupção usam os seus recursos humanos e financeiros com mais eficiência, o que leva a mais investimento e maior crescimento económico (World Bank, 2023).

Vários estudos encontraram evidências de que a corrupção tem impacto negativo no crescimento económico, (Navickas et al., 2016; Spyromitros & Panagiotidis, 2022; Urbina, 2020), uma vez que o aumento de uma unidade na corrupção reduz o PIB per capita entre 0,15% e 1,5% (Spyromitros & Panagiotidis, 2022). Alguns dos fatores que explicam este impacto é o facto da corrupção impedir a produção eficiente, a inovação e o progresso económico (Stanimir & Nenad, 2021). Estes fatores afetam expectativas, incentivos e a alocação eficiente dos recursos (Urbina, 2020). Sendo também um dos principais constrangimentos para o crescimento económico e social (Spyromitros & Panagiotidis, 2022). Há ainda estudos que concluem que o crescimento económico poderá também influenciar a corrupção, pois o aumento de qualidade de vida e do rendimento disponível, geralmente é acompanhado por um aumento da qualidade das instituições.

Segundo o *World Bank*, a corrupção é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento económico dos países (World Bank, 2023), uma vez que a corrupção impõe custos adicionais às empresas que têm de pagar subornos para obter contratos, licenças, entre outros (Urbina, 2020). Os recursos que são canalizados para a corrupção em vez de canalizados para atividades mais produtivas colocam em causa o desenvolvimento económico. O que resulta em menor investimento, menor acumulação de capital (Blackburn et al., 2006) e menor oportunidade de progresso económico (Stanimir & Nenad, 2021).

A existência de corrupção poderá impedir o investimento uma vez que dificulta os processos (Spyromitros & Panagiotidis, 2022). Os funcionários poderão manter intencionalmente a ineficiência das instituições onde prestam serviço, para assim obterem ganhos indevidos (Chêne, 2019). O que leva a que os investidores fiquem expostos às

consequências de instituições ineficientes, ou aumenta os custos associados ao investimento, uma vez que pagamentos ilegais são vistos como um imposto adicional (Cuervo-Cazurra, 2008; Navickas et al., 2016). Tudo isto se traduz no aumento da incerteza, distorcendo os incentivos para investir (Qian & Sandoval-Hernandez, 2016).

A corrupção como um fenómeno pode afetar positivamente a economia (Spyromitros & Panagiotidis, 2022), funcionando como “lubrificante nas engrenagens” da atividade económica ao tornar os processos mais expeditos (Cuervo-Cazurra, 2008) e facilitando as transações em países com regulamentação excessiva. Os funcionários poderão estar dispostos a corrigir as ineficiências dos serviços em troca de pagamentos indevidos (Cuervo-Cazurra, 2006). A corrupção pode funcionar como uma ajuda para fomentar o investimento, uma vez que os investidores perdem menos tempo com burocracia (Egger & Winner, 2005).

### **2.1.2. Formas de corrupção**

O termo corrupção tem formas diferentes que variam de acordo com a escala e os envolvidos (Hanoteau & Pawitan, 2020). Existe uma grande quantidade de crimes que são classificados como corrupção. Nesta dissertação vou apresentar os tipos de corrupção tidos em conta na Convenção das Nações Unidas Contra Corrupção (Nações Unidas, Capítulo III, da 26ª Convenção, 2007), uma vez que é um documento universalmente aceite.

Alguns dos crimes são a corrupção de agentes sejam eles nacionais, internacionais, do setor público ou privado, que se verifica com o pedido ou oferta de vantagem indevida a um funcionário em troca de algum benefício (Nações Unidas, Capítulo III, da 26ª Convenção, 2007). O peculato, apropriação ilegítima ou outro desvio de bens por um agente, seja ele público ou privado, que se verifica com o desfalque, apropriação indevida ou outro desvio por um funcionário para seu benefício ou de outro. O tráfico de influências, verifica-se com a oferta ou pedido de abuso de influência com vista a obter uma vantagem indevida. O abuso de funções, verifica-se com a prática ou omissão de um ato em violação da lei para obter vantagem indevida (Nações Unidas, Capítulo III, da 26ª Convenção, 2007). O enriquecimento ilícito, ocorre com o aumento significativo de bens de um funcionário público que não são explicados de acordo com os seus rendimentos legais. O branqueamento de capitais, que se verifica com a transmissão, a ocultação ou dissimulação de bens de origem ilícita assim como a participação ou conspiração com vista à simulação da proveniência dos

bens. A ocultação, que se verifica com a ocultação ou retenção de bens quando os mesmos sejam de proveniência ilícita (Nações Unidas, Capítulo III, da 26ª Convenção, 2007). A obstrução à justiça, verifica-se com o uso de ameaças, intimidação, ou oferta de vantagem indevida para induzir falso testemunho ou na produção de provas em processo relativo à prática de infrações ou para interferir no exercício de funções do oficial de justiça responsável pelo processo (Nações Unidas, Capítulo III, da 26ª Convenção, 2007).

O termo corrupção engloba uma grande quantidade de crimes tão distintos que há a necessidade de definir a corrupção de acordo com o que se pretende analisar (Cuervo-Cazurra, 2008). No entanto a mais importante refere-se à grande e pequena corrupção (Bohn, 2013). Na presente dissertação irei ter em conta a escala da corrupção e o nível da hierarquia em que ocorre, ou seja, a pequena corrupção e grande corrupção.

Podemos classificar a corrupção de várias formas (Bohn, 2013). Se a classificarmos de acordo com a sua prevalência teremos então a corrupção arbitrária e a generalizada (Cuervo-Cazurra, 2008). A corrupção arbitrária verifica-se quando a prática de corrupção é incerta e refere-se à incerteza associada aos atos de corrupção, uma vez que não é prática recorrente (Cuervo-Cazurra, 2008). Sendo incerta, e por isso mais difícil de prever os seus custos e os seus resultados, é por isso conhecida por corrupção desorganizada (Cuervo-Cazurra, 2008). A corrupção generalizada ocorre quando está amplamente presente, pelo que a sua ocorrência já é esperada (Cuervo-Cazurra, 2008). Pode ser vista como o custo conhecido da corrupção (Pessegueiro et al., 2018), sendo assim possível mensurar os custos com a mesma, uma vez que é previsível que os investidores fiquem obrigados a efetuar pagamentos sempre que lidarem com agentes do Estado (Cuervo-Cazurra, 2008). Este tipo de corrupção é conhecido pelo facto de que o pagamento assegura o fornecimento do serviço, e por isso é conhecida como a corrupção organizada (Elliot, 1997).

A corrupção pode ser ativa ou passiva, dependendo se quem a pratica corrompe ou é corrompido (Direção Geral da Política de Justiça, 2023). Neste tipo de corrupção temos por um lado o agente que corrompe e que por isso pratica a corrupção na forma ativa, por outro lado teremos o corrompido, ou seja, o agente passivo (Capasso & Santoro, 2018). A corrupção passiva ocorre quando um sujeito aceita receber dinheiro ou outro benefício de qualquer natureza, para cumprir ou omitir certos atos (Direção Geral da Política de Justiça, 2023). O suborno sob corrupção passiva é determinado principalmente pelo agente privado (Stanimir, & Nenad, 2021). A corrupção ativa ocorre com a oferta ou promessa de algum

tipo de benefício para que alguém cumpra ou omita algum ato (Direção Geral da Política de Justiça, 2023).

### **2.1.3. Grande Corrupção**

De acordo com a Transparência Internacional a grande corrupção é aquela que ocorre nos níveis mais altos da hierarquia do governo (Navickas et al., 2016). Ou seja, este nível de corrupção verifica-se nos altos cargos políticos, que são os detentores do poder de decisão, no que a políticas de combate à corrupção dizem respeito (Nações Unidas, Capítulo III, da 26<sup>a</sup> Convenção, 2007). É assim natural que não executem, de facto, políticas com o intuito de combater esta tipologia de crime, uma vez que os esforços para reduzir a grande corrupção enfrentam o dilema de que os indivíduos mais bem posicionados para a detetar e a sancionar, são os mesmos indivíduos com maior probabilidade de lucrar com ela (Larsson & Grimes, 2022).

O impacto da grande corrupção vai além da perda de receita pública (Rose-Ackerman, 2002). Prejudica também a democracia, pois, ao distribuir recursos de acordo com o favoritismo partidário, prejudica os partidos que não têm conexões e, assim, enfraquece a competição política (Dávid-Barrett & Fazekas, 2020). Beneficia apenas uma minoria e causa danos sérios à sociedade (Transparência Internacional, 2021), levando à erosão da confiança das pessoas nos seus governantes (Spyromitros & Panagiotidis, 2022). A corrupção introduz ineficiência e reduz a concorrência, o que leva ao aumento dos custos e à diminuição da qualidade dos serviços (Rose-Ackerman, 2002). As consequências da grande corrupção só são detetadas à posteriori, quando os serviços não se materializam ou são de qualidade abaixo do esperado (Larsson & Grimes, 2022).

A prática da grande corrupção ocorre por exemplo com a criação de impedimentos legais por parte do governo (Mashali, 2012), com o intuito de impedir algumas instituições de investir numa área, favorecendo assim uma ou várias entidades que poderão estar relacionadas com membros do governo (Navickas et al., 2016). Outro exemplo é quando manipulam o processo de licitação pública para conceder a amigos ou parentes acesso preferencial a contratos públicos de bens, obras ou serviços (Grodeland, 2010). Por vezes estas práticas ocorrem porque a alocação estratégica de recursos estatais compra lealdade

que, por sua vez, os ajuda a consolidar o seu poder e obter vantagem sobre os seus adversários políticos (Stanimir & Nenad, 2021). Essa lealdade assume muitas formas, incluindo contribuições para os partidos ou para campanhas individuais dos políticos (Dávid-Barrett, & Fazekas, 2020).

Do ponto de vista do investidor, este corrompe ou é corrompido porque espera obter benefícios, ou vantagens em relação à concorrência (Rose-Ackerman, 2002). Essas vantagens podem incluir a adjudicação de um contrato ou a obtenção de informação privilegiada (Rose-Ackerman, 2002). Para os investidores o risco de sanções legais, ou danos à reputação são baixos uma vez que estamos perante uma prática que ocorre junto dos mais altos cargos políticos (Rose-Ackerman, 2002) e com processos de negociação altamente confidenciais (Mashali, 2012). Aqui, mesmo uma pessoa virtuosa é obrigada a ser corrupta para permanecer no sistema, caso contrário, corre o risco de ser excluída das negociações (Mashali, 2012).

#### **2.1.4. Pequena Corrupção**

A pequena corrupção é o abuso de confiança dos funcionários nas suas interações com os cidadãos, quando estes procuram bens e a serviços básicos (Transparência Internacional, 2019). Ocorre com a troca de pequenas quantias de dinheiro nos níveis mais baixos da hierarquia, onde os cidadãos e as empresas interagem com funcionários públicos em transações, envolvendo o preenchimento de declarações fiscais, pagamento de obrigações, simplificação de processos regulamentares ou requisitos de licenciamento, requisição de benefícios governamentais, entre outros (Mashali, 2012). É particularmente frequente quando as instituições são ineficientes, o que gera oportunidade aos funcionários de obterem ganhos para tornarem as instituições mais expeditas (Pessegueiro et al., 2018). Por vezes são os mesmos funcionários que querendo tirar proveito da burocracia criam regras pouco claras para criar confusão e incerteza quanto ao procedimento adequado para as operações, mantendo intencionalmente a ineficiência com o intuito de obter ganhos indevidos (Chêne, 2019).

O normal funcionamento das instituições e a vida cotidiana dos cidadãos é afetada pela pequena corrupção (Chêne, 2019), uma vez que corrói a confiança das pessoas nas

instituições assim como no poder político (Chêne, 2019). Afeta diretamente o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e prejudica os seus padrões de vida (Chêne, 2019). Pese embora envolva subornos de baixo valor, o facto de serem constantes torna-se uma despesa que acresce aos custos já existentes (Hanoteau et al., 2021), e que apesar da sua magnitude relativamente pequena, a pequena corrupção tem graves efeitos negativos sobre o desenvolvimento económico (Asiedu & Freeman, 2009; Chêne, 2019). Gerando descontentamento generalizado entre a população, o que pode gerar distúrbios públicos (Sadik-Zada et al., 2022).

Os países mais pobres estão sujeitos aos efeitos da pequena corrupção dentro das suas fronteiras (Mashali, 2012). E por causa de décadas de prevalência de subornos na prestação de serviços do setor público, essas práticas exibem um alto grau de persistência, pelo que se têm verificado esforços nas economias em desenvolvimento para combater a pequena corrupção o que não é uma tarefa fácil (Sadik-Zada et al., 2022), uma vez que a existência de corrupção põe em causa a regulamentação que visa proteger a sociedade (Angelucci & Russo, 2022). Não obstante é necessária uma forte vontade política para obter resultados no combate à pequena corrupção (Chêne, 2019).

Embora a pequena corrupção envolva pequenas quantias de dinheiro, os seus custos financeiros e sociais estão longe de ser insignificantes devido à grande prevalência (Chêne, 2019). Um estudo realizado pelo Barómetro de Corrupção Global da Transparência Internacional em 2013 revelou que uma em cada quatro pessoas pagou subornos para ter acesso às necessidades mais básicas (Transparência Internacional, 2013). Devido à grande prevalência e aos efeitos significativos da pequena corrupção, interessa compreender quais as consequências e os seus determinantes, o que leva a que muitos autores tenham focado a sua investigação nestes fatores (Hanoteau & Pawitan, 2020).

## 2.2. O Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

Uma das definições para o IDE mais consensuais foi definida pela OCDE em 2017, um tipo de investimento internacional feito por uma entidade residente num determinado país com o objetivo de estabelecer um interesse duradouro numa empresa residente num país diferente daquele onde se encontra registado o investidor (OCDE, 2017). Já de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o IDE ocorre quando uma empresa, ou uma pessoa singular, de um país investe nos ativos de outro país, ou assume uma participação no capital das suas empresas. Já de acordo com o Banco de Portugal o investimento direto estrangeiro ocorre quando um investidor de um país passa a deter mais de 10% do capital ou direitos de voto de uma empresa residente noutra país (Banco de Portugal, 2023). Segundo o Parlamento Europeu o IDE envolve uma relação de longo prazo que reflete um interesse duradouro de uma unidade institucional residente numa economia, o investidor estrangeiro, numa unidade institucional residente noutra economia. O objetivo do investidor direto é exercer um grau significativo de influência na gestão da unidade em que investiu (INE, 1994).

O IDE é dos impulsionadores mais relevantes do crescimento económico (Dunning, 1993). É uma forma de entrada de capital, que complementa o investimento doméstico (Menninger, 2003), o que promove a alocação eficiente de recursos o que teoricamente se traduz em crescimento económico (Menninger, 2003). No entanto, ganhos devido à entrada de IDE são muito mais vezes afirmados, do que confirmados por evidências empíricas (Hanoteau & Pawitan, 2020). Pelo que na literatura encontramos estudos que não apoiam a visão de que o IDE promova o crescimento económico, uma vez que este crescimento estará dependente da disponibilidade de fatores produtivos no país, como a disponibilidade de mão de obra, o grau de abertura da economia, a estabilidade política, a dimensão do mercado interno, o nível de desenvolvimento das infraestruturas existentes, a capacidade da inovação e o potencial tecnológico (Chowdhury & Mavrotas, 2006).

Existem diversos motivos para que os investidores tenham interesse em efetuar IDE, e os governantes dos países terem interesse em ver os seus países serem recetores de IDE (Primorac et. al., 2011). Os motivos dos investidores podem ser desde a diversificação de portefólio, exploração de lacunas no mercado para onde pretendem investir, procura de fatores produtivos, entre outros (Primorac et. al., 2011). Já os governantes de cada país têm

interesse em ser recetores de IDE, uma vez que este desempenha um papel importante, sobretudo nos países menos desenvolvidos onde as fontes de capital são limitadas (Habib & Zurawicki, 2001), o que leva à criação de novas oportunidades de emprego, de transferência de tecnologia e de conhecimento (Chowdhury & Mavrotas, 2006; Hansen & Rand, 2006). Este conhecimento é importante uma vez que se verifica tanto na aquisição de habilidades, conhecimento mais técnico, quanto pela introdução de práticas de gestão e consequentemente melhorias organizacionais (Hansen & Rand, 2006). Estes fatores impulsionam o crescimento económico no país anfitrião (Menninger, 2003), crescimento este que pode ser medido através de vários indicadores económicos, tais como o PIB, o crescimento económico, a taxa de desemprego, entre outros (Primorac et. al., 2011).

É importante para os decisores políticos saberem quais as condições que tornam um país atrativo para os investidores estrangeiros, para que possam tomar medidas com o objetivo de atrair investimento (Chowdhury & Mavrotas, 2006). A decisão de investir por parte dos investidores tem em conta diversos fatores (Primorac et. al., 2011), tais como a procura de mercado, a dotações de recursos naturais, os riscos políticos, a qualidade das instituições, entre outros (Qian & Sandoval-Hernandez, 2016). Os investidores procuram ainda, um ambiente negócios previsível e estável (Primorac et. al., 2011). Nesse sentido interessa compreender se a corrupção tem impacto, em que medida e em que sentido, no IDE.

Ao longo dos anos foram surgindo algumas teorias explicativas do IDE que procuram explicar o processo de internacionalização das empresas com base no investimento direto estrangeiro. São elas a Teoria das Imperfeições de Mercado de Kindleberger (1969) e Hymer (1976). A teoria do ciclo de vida do produto que assenta na ideia de que a vida de um produto tem três fases, são elas a inovação, maturidade e obsolescência (Vernon, 1966). O modelo proposto pela escola de Uppsala que considera a internacionalização como um processo gradual (Johanson & Vahlne 1977). Existe ainda o paradigma O.L.I. – Ownership-Location-Internalization que procura explicar o processo de internacionalização com base no investimento estrangeiro, uma vez que considera que as existentes são incompletas (Dunning, 2000). E a perspetiva institucional (Francis et al., 2009).

Segundo a perspetiva institucional as empresas atuam num ambiente complexo e incerto, pelo que as decisões dependem da qualidade das instituições (Francis et al., 2009). Pelo que o conhecimento do ambiente institucional, e das instituições é essencial para perceber o comportamento das empresas. As instituições são as regras que definem o comportamento

de indivíduos e das organizações (Cuervo-Cazurra et al., 2019). Funcionam como estruturas sociais, compostas por elementos reguladores e normativos que, juntamente com atividades e recursos associados, fornecem estabilidade e significado à vida social (Kostova et al., 2020). As instituições determinam o que é legal, assim como o que se poderá considerar aceitável (Kostova et al., 2020). Foram criadas pelo homem e servem para estruturar a interação humana, e são categorizadas em formais e informais (Kostova et al., 2020). As instituições formais reduzem a incerteza, o risco e o custo das operações uma vez que determinam as regras que regem a atividade económica (Kostova et al., 2020). Já as instituições informais são particularmente importantes na ausência de fortes instituições formais (Kostova et al., 2020).

A relação entre as instituições e as empresas é bidirecional (Cuervo-Cazurra et al., 2019). A estratégia das empresas, além de terem em conta as instituições, tem em conta que elas mesmas moldam estas instituições (Cuervo-Cazurra et al., 2019). As organizações pertencentes ao mesmo campo organizacional tornam-se semelhantes à medida que adotam comportamentos idênticos, que ao longo do tempo são considerados aceitáveis (Kostova et al., 2020). As decisões das empresas têm assim em conta todos estes fatores e ainda têm em conta as suas experiências, assim como o seu contexto cultural. (Francis et al., 2009).

Estendendo o conceito da perspectiva institucional ao contexto internacional, é possível concluir que a pressão no ambiente interno e externo à empresa influencia a escolha dos mercados para onde irão operar, mas também o modo de entrada nesses mercados (Huang & Sternquist, 2007). Vários estudos têm tentado perceber como é que as instituições afetam a estratégia das empresas (Cuervo-Cazurra et al., 2019). Devido ao facto de esta teoria ter em conta a qualidade das instituições, e que a corrupção coloca em causa a qualidade das mesmas, a presente dissertação irá focar a análise do ponto de vista da teoria institucional.

### **2.3. IDE Escapista**

O IDE poderá ser utilizado pelos investidores, como forma de contornar a falta de instituições fortes no país de origem (Stoian & Mohr, 2016). A falta de instituições fortes resulta em vazios regulatórios no país, pelo que o IDE escapista poderá servir de estratégia para evitar os efeitos negativos das falhas institucionais, e consequente falta de regulamentação (Stoian & Mohr, 2016). A falta de regulamentação é caracterizada pelas regras e regulamentos ausentes, ou mal aplicados (Stoian & Mohr, 2016). Algumas das consequências estão associadas a legislação sobre monopólios, auxílios estatais, regulamentos sobre suborno, corrupção, independência do sistema judicial, entre outros (Cuervo-Cazurra & Ramamurti, 2015).

O ambiente institucional do país de origem é muito importante para os investidores, uma vez que eles se deparam com a tarefa de confrontar tanto as instituições do país de origem como as de destino (Chowdhury & Audretsch, 2021). Quando os investidores se sentem desalinhados com o ambiente regulatório do seu país, podem experimentar uma desvantagem competitiva e procurar reposicionar-se, podendo para isso concordar, cumprindo ou adaptando-se, ou poderão procurar evitar este tipo de ambiente, utilizando o IDE como forma de escapar (Audretsch et al., 2021). Por este motivo poderão optar por investir fora do país de origem através de IDE com o intuito evitar este tipo de consequências, nomeadamente os efeitos da corrupção, e de superar as desvantagens competitivas resultantes dos vazios institucionais do país de origem (Stoian & Mohr, 2016).

### **2.4.O Impacto da Corrupção no IDE**

Para os países existem muitas vantagens associadas ao IDE (Hansen & Rand, 2006), uma vez que é visto pela ótica do país anfitrião não só como meio de entrada de capital, mas também como forma de adquirir conhecimento, aumentando os níveis de eficiência da gestão, e ganhos de produtividade (Hansen & Rand, 2006). O que se poderá traduzir em crescimento económico (Menninger, 2003). Os fluxos de capitais estrangeiros são importantes para o crescimento da economia (Qian & Sandoval-Hernandez, 2016), e quanto menor o nível de corrupção do país, mais notórios são os efeitos desse mesmo crescimento

(Borja, 2017). Nesse sentido e tendo em conta a importância que o crescimento económico representa para a qualidade de vida da população, interessa compreender se a existência de corrupção tem ou não impacto no IDE.

As conclusões de vários dos trabalhos existentes que procuraram relacionar a corrupção e o IDE não são totalmente conclusivas (Belgibayeva & Plekhanov, 2019; Cuervo-Cazurra, 2006; Habib & Zurawicki, 2001; Qian & Sandoval-Hernandez, 2016), uma vez que na literatura encontramos estudos onde a relação entre a corrupção e o IDE não é clara (Egger & Winner, 2005). Temos estudos que encontram evidência para um impacto positivo (Cuervo-Cazurra, 2008), e outros com evidências de impacto negativo da corrupção no IDE (Egger & Winner, 2005; Habib & Zurawicki, 2001). Pelo que não podemos concluir que a diminuição da corrupção esteja associada a um maior IDE (Belgibayeva & Plekhanov, 2019), no entanto mesmo que a corrupção não tenha um impacto direto nos fluxos de IDE, um melhor controlo da corrupção tem impacto no IDE (Habib & Zurawicki, 2001).

A corrupção poderá ter um impacto positivo no IDE dependendo das características do país anfitrião (Cuervo-Cazurra, 2008). Numa economia em transição a corrupção poderá ter um impacto positivo no IDE, uma vez que a corrupção poderá servir de “lubrificante nas engrenagens” ao tornar os processos de investimento mais céleres (Egger & Winner, 2005). Os investidores de diferentes países podem ter diferentes níveis de tolerância à corrupção, muitas vezes com base nas suas experiências domésticas (Belgibayeva & Plekhanov, 2019). Quando as instituições não são fortes, a corrupção poderá ter aqui um papel facilitador (Cuervo-Cazurra, 2008). A corrupção poderá ser vista como uma barreira, mas não é um fator decisivo para realizar IDE num país (Habib & Zurawicki, 2001).

No contexto do IDE, a corrupção pode ser vista como um potencial custo extra ou como um imposto para o investidor (Navickas et al., 2016). O que leva ao aumento do custo de fazer negócios num determinado país (Navickas et al., 2016). A corrupção pode dissuadir o IDE, uma vez que torna o país anfitrião pouco atrativo para os investidores estrangeiros devido aos altos custos de entrada e à incerteza, uma vez que distorce os incentivos para investir (Qian & Sandoval-Hernandez, 2016), o que diminui a probabilidade de ocorrência de IDE, uma vez que o investidor optará por se associar a um investidor local em vez de estabelecer uma subsidiária integral (Belgibayeva & Plekhanov, 2019). A corrupção continua a ser um entrave ao IDE uma vez que afeta a imagem e a credibilidade dos países, e ainda por existir uma crescente preocupação por parte dos investidores com questões como

a ética e a responsabilidade social, esta imagem negativa poderá não ser atrativa (Habib & Zurawicki, 2001).

### 3. Hipóteses

O presente estudo tem o objetivo de analisar o impacto que a existência de corrupção tem na decisão de realizar IDE. Esta é a principal variável a ser estudada, ou seja, aquela que o estudo pretende explicar em função da pequena ou da grande corrupção existente no país de origem. As conclusões existentes sobre o impacto da corrupção nos fluxos de IDE são pouco conclusivas (Belgibayeva & Plekhanov, 2019; Cuervo-Cazurra, 2006; Habib & Zurawicki, 2001; Qian & Sandoval-Hernandez, 2016), como foi já abordado no capítulo da revisão de literatura. Nesse sentido e tendo-se verificado o interesse deste tema nas decisões de investimento por parte dos investidores, esta dissertação tem como objetivo contribuir para melhor compreender a relação existente entre a pequena e grande corrupção e o IDE.

Os fluxos de IDE estão dependentes de vários fatores como o PIB, a população, a inflação, os direitos de propriedade, entre outros (Primorac et. al., 2011). E não apenas à existência de corrupção no país anfitrião, ou no país de origem, nem à sua natureza. Embora os estudos sobre o impacto da corrupção nos fluxos de investimento direto estrangeiro sejam contraditórios (Cuervo-Cazurra, 2006), a maioria dos autores conclui que a corrupção tem impacto negativo no IDE (Egger & Winner, 2005; Habib & Zurawicki, 2001), uma vez que aumenta a incerteza do negócio (Cuervo-Cazurra, 2008) e do retorno do investimento (Urbina, 2020).

A corrupção é uma prática considerada não apenas moralmente errado, mas também é um dos fatores de mau funcionamento das instituições (Primorac et. al., 2011). Tem várias dimensões, e cada uma delas poderá ter um impacto diferente nas decisões de investimento (Cuervo-Cazurra, 2008). Podemos classificar a corrupção de várias formas, no entanto as mais importantes referem-se à grande e pequena corrupção (Bohn, 2013).

Genericamente a grande corrupção é aquela que ocorre nos níveis mais altos da hierarquia do governo, aos quais é difícil ter acesso a fim de obter benefícios (Navickas et al., 2016). Quem tem mais poder económico tem assim a possibilidade de influenciar as decisões do governo em seu proveito, minando a legitimidade e as oportunidades dos outros investidores, o que se traduz numa diminuição da qualidade dos serviços (Spyromitros & Panagiotidis, 2022), e na redução do bem-estar social (Stanimir & Nenad, 2021). A grande corrupção poderá ocorrer em troca de contrapartidas, sejam elas monetárias (subornos) ou

não, e tendo em conta que ocorre nos mais altos cargos das instituições e que estes cargos estão ligados ao poder de decisão, é por isso particularmente difícil de combater e de evitar estar exposto aos seus efeitos. Os efeitos da grande corrupção afetam diretamente os fluxos de IDE num determinado país (Navickas et al., 2016), nesse sentido sugere-se que a existência de grande corrupção num país tem impacto negativo no IDE de que o país é emissor.

**Hipótese 1:** Quanto maior o nível de grande corrupção menor o nível de fluxos de saída de IDE

A pequena corrupção ocorre em países onde as instituições não funcionam adequadamente, abrindo assim uma janela de oportunidade para os funcionários obterem ganhos extra (Mashali, 2012). Estes ganhos acontecem aceitando pagamentos de quem procura os serviços e que encontrando um serviço ineficiente estão dispostas a pagar para obter o serviço pretendido (Chêne, 2019). O pagamento de subornos, embora de baixo valor, são frequentes (Chêne, 2019), e difíceis de mensurar. São um fardo pesado para empresas e empreendedores, devido à sua alta frequência, aos custos diretos que impõe (Hanoteau & Pawitan, 2020), assim como o tempo que os investidores gastam a lidar com a corrupção (Chêne, 2019). Nesse sentido é expectável que os investidores optem por investir num local, que considerem mais seguro (Habib & Zurawicki, 2001).

Quando um dos intervenientes não cumpre o “contrato informal” não poderá recorrer aos tribunais, uma vez que são pagamentos ilegais (Hanoteau & Pawitan, 2020). Acresce ainda que o ato de pagar subornos deixa vulnerável a denúncias (Hanoteau & Pawitan, 2020), ficando assim sujeito a imposições legais. Estes fatores levam ao aumento do risco do negócio (Cuervo-Cazurra, 2008), corrói a confiança nas instituições (Chêne, 2019), e mina a moral tributária nos países (Donaubauer, et al., 2022), uma vez que reduz a disposição dos cidadãos de pagar impostos (Chêne, 2019).

A pequena corrupção, geralmente envolve valores mais baixos de dinheiro, no entanto os seus custos financeiros e sociais não podem ser ignorados (Chêne, 2019). Pelo que estes efeitos justificam que a análise às suas consequências (Hanoteau & Pawitan, 2020), nesse

sentido propõe-se que a existência de pequena corrupção num país tem impacto negativo no IDE de que o país é emissor.

**Hipótese 2:** Quanto maior o nível de pequena corrupção menor o nível de fluxos de saída de IDE.

## 4. Método

### 4.1. Amostra

Para testar as hipóteses propostas, analisámos os fluxos líquidos de saída (outflows) de IDE referentes a 111 países, no período compreendido entre 2006 e 2022. O número da amostra é limitado, devido à indisponibilidade de dados sobre as medidas de corrupção e sobre os fluxos de IDE (Cuervo-Cazurra, 2008). Fazem parte da amostra os países com valor não negativo para os fluxos de saída de IDE (Cuervo-Cazurra, 2008), para os quais estão disponíveis valores para a pequena corrupção e para a grande corrupção. A listagem de países considerados na amostra encontram-se em anexo (anexo I). Os dados foram recolhidos através de fontes de informação secundárias, através de sites e bases de dados de diferentes instituições internacionais.

Os dados utilizados para analisar a grande corrupção foram recolhidos da Transparência Internacional (Cuervo-Cazurra, 2008), já os dados referentes aos fluxos de saída de IDE, de pequena corrupção, do PIB, do Rendimento Nacional Bruto per capita e da inflação foram recolhidos do World Bank. Foram ainda recolhidos dados da Heritage Foundation para analisar os gastos do governo, a liberdade empresarial, a liberdade laboral, a liberdade de investimento e a liberdade financeira, uma vez que estas são as entidades reconhecidas pela credibilidade e regularmente mencionadas na literatura já existente, as quais se encontram identificadas na tabela 2.

## **4.2. Variáveis**

### **4.2.1. Variável dependente**

Como variável dependente temos os fluxos líquidos de saída (outflows) de IDE de cada país em estudo e foram recolhidos na página do World Bank Enterprise Survey, medido em milhões de dólares americanos (USD). É apresentado na forma de logaritmo natural e representa as saídas líquidas de investimento direto estrangeiro, ou seja, as novas saídas de investimento menos o desinvestimento, reportadas pelos investidores, desfasados, uma vez que entre a decisão de investir, e a ocorrência do investimento existe um lapso temporal que considere de um ano (Cuervo-Cazurra, 2006). Como procedimento adicional, adicionei uma unidade monetária ao valor de IDE, e depois calculei o logaritmo natural, de forma a ser possível obter o logaritmo do IDE em que o fluxo reportado era igual a zero. Foram eliminados da amostra os países onde o valor dos fluxos líquidos de saída (outflows) de IDE, para o país em análise é negativo, uma vez que não é possível calcular o logaritmo de valores negativos.

### **4.2.2. Variáveis Independentes**

As variáveis independentes em estudo são a grande corrupção e a pequena corrupção existente nos países em estudo. A corrupção é ilegal e, como tal, difícil de medir com algum grau de precisão (Cuervo-Cazurra, 2006). Não obstante procuramos utilizar indicadores já referenciados em trabalhos de outros autores.

Como a grande corrupção é difícil de quantificar, os estudos quantitativos baseiam-se em classificações de países com base em índices internacionais de corrupção (Ceschel, et al., 2022; Egger & Winner, 2006), por isso a grande corrupção de cada país é medido através do Índice de Percepção de Corrupção (IPC), publicado pela Transparency International (Transparência Internacional, 2021). Este índice composto resulta da combinação de fontes de análise de corrupção desenvolvidas por um conjunto de organizações, que permitem classificar a corrupção de cada país de 0 (percecionado como muito corrupto) a 100 (muito transparente) (Transparência Internacional, 2021). Como esta escala poderá gerar alguma dificuldade na leitura dos resultados uma vez que tanto a pequena corrupção como todas as

outras variáveis analisadas têm a escala de 0 a 100, onde 0 é o limite mais baixo e 100 o limite mais alto. Para facilitar a leitura dos dados, seguimos o procedimento efetuado pelo autor Uhlenbruck et al. (2006), alterámos a escala da grande corrupção pelo que o IPC passa então a ser considerado 0, percecionado como muito transparente e 100 como muito corrupto (Uhlenbruck et al., 2006).

Para medir a pequena corrupção recolhemos os dados referentes ao valor de suborno do World Bank Enterprise Survey (Goel et al., 2022). Este indicador é medido pelo valor de suborno, que nos indica o valor do presente esperado para garantir um contrato governamental e é dado pela percentagem do valor do contrato, pelo que a escala é de 0 a 100.

#### **4.2.3. Variáveis de controlo**

As variáveis de controlo que considerámos no nosso modelo são os gastos do governo, a liberdade empresarial, a liberdade laboral, a liberdade de investimento, a liberdade financeira, o PIB, a inflação e o rendimento nacional bruto per capita. Algumas das variáveis de controlo são usadas para calcular o Índice de liberdade económico da Heritage Foundation, e são usadas como variáveis de controlo neste trabalho, uma vez que podem ter impacto nos fluxos de IDE (Navickas et al., 2016). As políticas que permitem maior liberdade em qualquer uma das áreas tendem a estimular o crescimento económico, que por sua vez, leva a redução da pobreza e prosperidade duradoura (Navickas et al., 2016). Quando os governos têm um papel muito ativo na economia, e influenciam a tomada de decisão, esta influência poderá levar a uma diminuição na eficiência promovendo o desperdício de recursos (Navickas et al., 2016).

Os gastos do governo podem assumir muitas formas (Navickas et al., 2016). Tanto ao nível dos custos correntes, na área da educação, segurança, saúde, entre outros, gerando benefícios que revertem amplamente para a sociedade. Como poderá assumir a forma de investimento ao fornecer infraestruturas, financiar investigação ou melhorar o capital humano (Navickas et al., 2016). Todos os gastos do governo são financiados por impostos e acarretam por isso um custo de oportunidade, uma vez que o valor que serve para liquidar impostos, deixa de estar disponível para entrar no mercado em forma de investimento. Gastos excessivos do

governo correm, por isso, o risco de afastar os investidores. Este índice é medido de 0 (baixos gastos do governo) a 100 (elevados gastos do governo), e foi recolhido da Heritage Foundation para os países e anos em análise.

A liberdade empresarial mede a possibilidade de um investidor administrar os seus investimentos sem a interferência do estado (Navickas et al., 2016). Demasiada burocracia e excesso de regulamentação serve de barreira à atividade empresarial, uma vez que inibe o investimento e o empreendedorismo. Se a regulamentação for transparente e uniforme diminui a incerteza e a imprevisibilidade, o que poderá resultar em mais investimento. Este índice é medido de 0 (baixa liberdade empresarial) a 100 (elevada liberdade empresarial). Estes dados foram recolhidos da Heritage Foundation para os países e anos em análise.

A liberdade laboral mede a capacidade dos indivíduos de encontrarem oportunidades de emprego, assim como das empresas de contratar mão de obra, e de demitir os trabalhadores, não ficando obrigado ao pagamento de mão de obra que não seja necessária. A regulamentação no mercado laboral pode existir de várias formas, entre elas o controlo de salários, limites de horas de trabalho, restrições à contratação e à demissão, entre outras (Navickas et al., 2016). A burocracia, assim como as barreiras legais, sejam na contratação ou no despedimento de funcionários podem servir de entraves ao investimento. Este índice é medido de 0 (baixa liberdade laboral) a 100 (elevada liberdade laboral), e os dados foram recolhidos da Heritage Foundation.

A liberdade de investimento tem em conta a interação do país com o resto do mundo, uma vez que mede a abertura da economia ao investimento. Um ambiente livre oferece oportunidade para expandir a atividade, o que se traduz em maior produtividade, criação de empregos, assim como vários benefícios para a sociedade como um todo (Navickas et al., 2016). Para que existe liberdade o mercado deverá ser transparente e equitativo, onde, caso existam apoios por parte do governo, estes apoios devem ser distribuídos por todas as empresas e incentivar a inovação e a concorrência (Navickas et al., 2016). As restrições ao investimento podem limitar as entradas e saídas de capital, e limitar ainda o mercado disponível. Quanto mais restrições um país impõe ao investimento, menor será seu nível de atratividade para os investidores. Este índice é medido de 0 (baixa liberdade de investimento) a 100 (elevada liberdade de investimento). Estes dados foram recolhidos da Heritage Foundation para os países e anos em análise.

A liberdade financeira mede a acessibilidade e a disponibilidade de serviços de poupança, crédito, pagamento e investimento para indivíduos e empresas (Navickas et al., 2016). Devido à lei da procura e da oferta, os mercados fornecem informações credíveis em tempo real sobre preços e disponibilidade de bens financeiros, o que apenas acontece se o mercado for transparente. A regulamentação bancária e financeira vai além de garantir transparência e honestidade nos mercados financeiros, uma vez que pode promover a ineficiência, aumentar os custos de financiamento da atividade empresarial e limitar a concorrência (Navickas et al., 2016). Este índice é medido de 0 (baixa liberdade financeira) a 100 (elevada liberdade financeira). Estes dados foram recolhidos da Heritage Foundation para os países e anos em análise.

O PIB representa a riqueza gerada pelo país e é muitas vezes utilizado como indicador de crescimento económico. Reflete a dimensão do mercado assim como a sua atratividade, pelo que é uma variável que poderá ser tida em conta quando os investidores procuram o país para onde investir (Cuervo-Cazurra, 2008). Recolhemos os dados do PIB para cada país e ano em análise no World Bank e estão medidos em dólares americanos e foram transformados em logaritmos de modo a facilitar a sua interpretação.

A inflação refere-se à variação dos preços dos bens e serviços ao longo do tempo (Banco de Portugal, 2022). Refere-se ao aumento generalizado dos preços o que se traduz numa diminuição do consumo pela via da quantidade, uma vez que com a mesma unidade monetária a quantidade a comprar é mais baixa. A inflação poderá ter impacto no investimento uma vez que altera padrões de consumo, e aumenta a incerteza no mercado (Cuervo-Cazurra, 2008). Os dados da inflação estão em percentagem e foram recolhidos do World Bank.

O rendimento nacional bruto per capita (RNB per capita) é a soma dos rendimentos obtidos dentro do território nacional, mais os rendimentos obtidos fora do território nacional pelos agentes que vivem no país, a dividir pelos residentes. A diferença entre o PIB e o RNB per capita poderá ser um indicador de globalização da economia do país (Cuervo-Cazurra, 2008). Recolhemos os dados do RNB per capita para cada país e ano em análise no World Bank, estão medidos em dólares americanos e foram transformados em logaritmos para facilitar a interpretação.

#### **4.2.4. Resumo das variáveis**

Para melhor compreender as variáveis em estudo, a sua base de mensuração, a fonte de onde recolhemos os dados e alguns autores que utilizarão a mesma variável, elaborei a tabela 1, onde apresento um resumo de todas as variáveis utilizadas, assim como as respetivas fontes de dados.

Tabela 1 – Descrição das variáveis do estudo

Variável		Designação	Fonte	Artigo
Variável dependente	Fluxos de saída de IDE	Logaritmo natural de fluxos de saída de IDE no país em análise, em milhões de USD.	The World Bank	(Cuervo-Cazurra, 2008)
Variáveis independentes	Grande corrupção	Índice da perceção da Corrupção.	Transparência Internacional	(Ceschel et al., 2022)
	Pequena corrupção	Valor do presente esperado para garantir um contrato governamental.	The World Bank	(Navickas et al., 2016)
Variáveis de controlo	Gastos do governo	Gastos do governo	Heritage Foundation	(Navickas et al., 2016)
	Liberdade empresarial	Liberdade empresarial.	Heritage Foundation	(Navickas et al., 2016)
	Liberdade laboral	Liberdade laboral.	Heritage Foundation	(Navickas et al., 2016)
	Liberdade de investimento	Liberdade de investimento.	Heritage Foundation	(Navickas et al., 2016)
	Liberdade financeira	Liberdade financeira.	Heritage Foundation	(Navickas et al., 2016)
	PIB	Logaritmo natural do produto interno bruto.	The World Bank	(Cuervo-Cazurra, 2008)
	Inflação	Inflação %.	The World Bank	(Cuervo-Cazurra, 2008)
	Rendimento nacional bruto per capita	Logaritmo natural do rendimento nacional bruto per capita.	The World Bank	(Cuervo-Cazurra, 2008)

Fonte: Elaboração própria

### 4.3. Procedimento

Para analisar o impacto da grande corrupção e da pequena corrupção nos fluxos de saída de IDE, realizei um estudo empírico com o qual pretendo testar as hipóteses formuladas. Foi utilizado o modelo Tobit uma vez que as variáveis são quantitativas, e que o IDE é uma variável censurada à esquerda, porque apenas foram consideradas as observações com valores não negativos (Pestana & Gageiro, 2008). Para que os valores onde os fluxos de IDE são iguais a zero pudessem ser considerados, adicionamos uma unidade monetária ao valor de IDE de forma a ser possível calcular o logaritmo dos fluxos de saída de IDE.

Para que a regressão seja passível de análise deverá respeitar alguns pressupostos, nesse sentido foram analisados os pressupostos do modelo utilizado, nomeadamente a ausência de multicolinearidade nas variáveis que integram o modelo (Marôco, 2018).

Para analisar a existência de multicolinearidade no modelo, foram calculados, com recurso ao Gretl, as estimativas Variance Inflation Factors (VIF), de todas as variáveis utilizadas. De acordo com a tabela 2, verifiquei que todos os valores estão compreendidos entre 1 e 10, pelo que se considera assim que os valores estão dentro dos intervalos aceitáveis (Pestana & Gageiro, 2008), não havendo problemas de multicolinearidade.

Tabela 2 – Valores *Variance Inflation Factors*

Variáveis	VIF
Grande corrupção	2,770
Pequena corrupção	1,407
Gastos do governo	1,654
Liberdade empresarial	2,123
Liberdade laboral	1,295
Liberdade de investimento	2,725
Liberdade financeira	2,755
PIB	1,767
Inflação	1,253
Rendimento nacional bruto per capita	4,291

Fonte: Elaboração própria

## 5. Resultados

### 5.1. Estatísticas descritivas

A tabela 3 apresenta as medidas descritivas, nomeadamente a média, o desvio padrão, o mínimo e o máximo observado para cada variável. A média é o valor que represente a posição central dos dados. O desvio padrão é uma medida de dispersão dos dados em relação à média. Quanto mais alto o valor do desvio padrão, mais dispersos estão os valores da amostra em relação à média (Pestana & Gageiro, 2008). O mínimo é o valor mais baixo da amostra e o máximo represente o valor mais alto presente na amostra.

No caso da grande corrupção temos o valor mais baixo de 12 e o valor mais alto de 89, pelo que se verifica uma grande variação de valores. Assim como os gastos do governo, a liberdade empresarial, a liberdade laboral, a liberdade de investimento, e a liberdade financeira apresentam uma grande amplitude de valores, uma vez que se verifica uma grande diferença de valores, o desvio padrão também tem valores mais elevados o que vem confirmar a distância dos valores da amostra em relação à média (Pestana & Gageiro, 2008).

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

<b>Variável</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
<b>Fluxos de saída de IDE</b>	17,485	5,705	0,000	25,850
<b>Grande corrupção</b>	60,164	17,516	12,000	89,000
<b>Pequena corrupção</b>	1,268	2,357	0,000	16,800
<b>Gastos do governo</b>	66,032	20,753	6,300	94,829
<b>Liberdade empresarial</b>	62,785	13,742	18,300	90,000
<b>Liberdade laboral</b>	59,201	13,607	28,493	99,400
<b>Liberdade de investimento</b>	56,131	21,429	10,000	95,000
<b>Liberdade financeira</b>	49,104	17,100	10,000	80,000
<b>PIB</b>	24,453	2,040	19,560	29,775
<b>Inflação</b>	4,589	5,117	-1,800	36,907
<b>Rendimento nacional bruto per capita</b>	9,072	1,186	6,131	11,329

Fonte: Elaboração própria

### **5.3. Análise das correlações**

A tabela com as correlações das variáveis indica a relação existente entre duas variáveis. Os valores estão compreendidos entre -1 e 1. Quando o valor é 1 significa que quando uma variável varia uma unidade, a outra variável varia também uma unidade no mesmo sentido, ou seja, apresentam uma correlação perfeita, já quando o valor é negativo significa que a variação entre as duas variáveis segue no sentido oposto (Pestana & Gageiro, 2008).

Ao analisar as correlações que se apresentam na tabela 4, podemos observar que nenhuma das variáveis apresenta uma forte correlação com os fluxos de saída de IDE. Em relação à grande corrupção percebemos que existem variáveis de controlo que estão fortemente relacionadas. A variável gastos do governo está positivamente relacionada, enquanto a liberdade empresarial, liberdade de investimento, a liberdade financeira e o rendimento nacional bruto per capita têm correlação negativa, todas estas variáveis apresentam um p-value inferior a 0,01. Já para a pequena corrupção não temos qualquer variável com forte correlação. Entre as variáveis de controlo verifica-se que algumas apresentam forte correlação entre si, como a liberdade financeira e a liberdade de investimento, ou o rendimento nacional bruto per capita com a Liberdade empresarial, a Liberdade de investimento, Liberdade financeira e com o PIB. Esta forte correlação é expectável, uma vez que se espera que as características de cada país estejam relacionadas entre si (Cuervo-Cazurra, 2008).



Tabela 2 – Correlações das variáveis

Variável	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
<b>1 Fluxos de saída de IDE</b>	1,000										
<b>2 Grande corrupção</b>	-0,120	1,000									
<b>3 Pequena corrupção</b>	-0,197**	0,292 ***	1,000								
<b>4 Gastos do governo</b>	-0,014	0,527 ***	0,332***	1,000							
<b>5 Liberdade empresarial</b>	0,154*	-0,568***	-0,204**	-0,294***	1,000						
<b>6 Liberdade laboral</b>	0,095	-0,242***	-0,209**	-0,170*	0,285***	1,000					
<b>7 Liberdade de investimento</b>	0,273***	-0,638***	-0,161*	-0,275***	0,437 ***	0,122	1,000				
<b>8 Liberdade financeira</b>	0,361 ***	-0,602 ***	-0,272***	-0,275***	0,422 ***	0,120	0,769 ***	1,000			
<b>9 PIB</b>	0,439	-0,295***	-0,179**	-0,168*	0,281 ***	-0,112	0,250 ***	0,349***	1,000		
<b>10 Inflação</b>	-0,114	0,335 ***	0,110	0,156 *	-0,099	-0,034	-0,331***	-0,32***	-0,013	1,000	
<b>11 RNB Per capita</b>	0,315***	-0,670***	-0,386***	-0,496***	0,646 ***	0,191 **	0,553***	0,567 ***	0,571***	-0,222 **	1,000

Nota: \* p < 0,10 \*\* p < 0,05 \*\*\* p < 0,01

Fonte: Elaboração própria

## 5.4. Testes de Hipóteses

Na tabela 5 apresento os resultados da regressão para os quatro modelos testados, para confirmar ou refutar as hipóteses levantadas nesta dissertação. No modelo 1 apenas analisei a relação das variáveis de controlo com os fluxos de saída de IDE, utilizadas no modelo. O modelo 2 testa a hipótese 1 e o modelo 3 testa a hipótese 2. O modelo 4 é o modelo completo, onde é analisado o impacto da grande corrupção e da pequena corrupção com os fluxos de saída de IDE, em simultâneo.

Tabela 3 – Resultados da regressão

Variável	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	-23,435 ***	-32,110 ***	-20,649 ***	-29,361 ***
Grande corrupção	-----	0,086 **	-----	0,087 **
Pequena corrupção	-----	-----	-0,651 **	-0,663 **
Gastos do governo	0,042	0,022	0,048 *	0,028
Liberdade empresarial	0,010	0,030	0,025	0,046
Liberdade laboral	0,059	0,061 *	0,042	0,043
Liberdade de investimento	0,027	0,040	0,042	0,055
Liberdade financeira	0,078 *	0,089 **	0,067	0,079 *
PIB	1,384 ***	1,379 ***	1,495 ***	1,488 ***
Inflação	-0,036	-0,080	0,005	-0,040
Rendimento nacional bruto <i>per capita</i>	-0,588	-0,305	-1,195	-0,915
n	112	112	111	111
p-value modelo	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota: \* p < 0,10 \*\* p < 0,05 \*\*\* p < 0,01

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o modelo 2, verifiquei que o coeficiente apresentado é positivo com valor de 0,086, e estatisticamente significativo uma vez que o p-value é inferior a 0,05. Pelo que podemos assim afirmar que a grande corrupção tem impacto positivo nos fluxos de saída de IDE, o que contraria a primeira hipótese levantada. De facto, e tal como abordado na revisão de literatura, existem autores que afirmam um impacto negativo (Rose-Ackerman, 2002), no entanto, também encontramos autores que afirmam a existência de um impacto positivo da grande corrupção nos fluxos de saída de IDE (Qian & Sandoval-Hernandez, 2016).

No modelo 3 foi analisado o impacto da pequena corrupção nos fluxos de saída de IDE. O coeficiente apresentado é negativo com valor 0,651 e estatisticamente significativo, pois apresenta um p-value inferior a 0,05. Nesse sentido podemos afirmar que a pequena corrupção tem um impacto negativo nos fluxos de saída de IDE o que confirma a segunda hipótese levantada. Podemos afirmar que quanto maior o nível de corrupção no país, menor os fluxos de saída de IDE para esse país. A incerteza associada a prática de corrupção assim como a exposição às consequências legais poderão explicar este impacto.

O modelo 4, onde analisei tanto o impacto da grande corrupção como o da pequena corrupção nos fluxos de saída de IDE, podemos concluir que o impacto é em sentidos opostos, uma vez que a grande corrupção apresenta um impacto positivo e a pequena corrupção apresenta um impacto negativo.

## 6. Discussão

Esta dissertação permite ajudar a avançar no estudo das consequências que a corrupção poderá ter nos fluxos de IDE, nomeadamente o impacto e em que sentido a grande corrupção e a pequena corrupção influenciam a decisão, por parte dos investidores, de efetuar IDE.

Foi possível analisar diferentes conceitos de corrupção e as consequências da sua generalização para a sociedade no geral, mas em particular para as decisões de investimento. Analisei a corrupção de acordo com a sua escala e o nível da hierarquia em que ocorre, ou seja, a grande corrupção e pequena corrupção, uma vez que, tal como abordado anteriormente na revisão de literatura, é fundamental compreender o fenómeno da corrupção e as suas várias formas, pois diferentes formas de corrupção, apresentam diferentes influências no IDE (Cuervo-Cazurra, 2008). Foi, ainda, possível procurar as vantagens da ocorrência de IDE, tanto na ótica do investidor, como dos países envolvidos, seja o país de origem ou o país de anfitrião. De acordo com a literatura os principais motivos que levam à procura de IDE por parte dos investidores são a diversificação de portefólio, e a procura de conhecimento e de recursos naturais (Chowdhury & Mavrotas, 2006; Hansen & Rand 2006; Primorac et. al.,2011).

Apesar dos muitos trabalhos de investigação já efetuados que procuram explicar os determinantes do IDE (Chowdhury & Mavrotas, 2006; Hanoteau & Pawitan, 2020), nomeadamente a relação entre a corrupção nos países envolvidos, e a decisão de efetuar IDE por parte dos investidores, verifica-se que ainda existem na literatura resultados distintos, nomeadamente em relação à causa-efeito entre os fluxos de IDE e a ocorrência de corrupção (Cuervo-Cazurra, 2008).

Na análise efetuada a 111 países, concluí que a influência da grande corrupção e da pequena corrupção nos fluxos de IDE é distinta. Enquanto na grande corrupção, se verifica que quanto mais alto o seu nível, maiores os fluxos de IDE, ou seja, a existência de grande corrupção impacta positivamente os fluxos de saída de IDE. Já em relação à pequena corrupção a influência segue em direção oposta, uma vez que a existência de pequena corrupção impacta negativamente os fluxos de saída de IDE. Esta diferença poderá ser explicada devido á incerteza associada à pequena corrupção, enquanto na grande corrupção, o risco associado é menor. Importa ainda referir que os resultados observados para as duas

hipóteses levantadas, mostraram ser estatisticamente significativos. Estas conclusões corroboram a ideia de que diferentes formas de corrupção apresentam diferentes influências nos fluxos de IDE (Cuervo-Cazurra, 2008). Assim como a ideia de que a corrupção é apenas uma barreira, e não um fator decisivo, para realizar todo o potencial do investimento de um país (Habib & Zurawicki, 2001).

A grande corrupção impacta positivamente os fluxos de saída de IDE, o que, de acordo com os autores que defendem este impacto positivo (Rose-Ackerman, 2002), se poderá explicar pela possibilidade de garantir contratos, licenças e acesso a informação privilegiada (Navickas et al., 2016). Poderá ainda ser explicado pelo efeito do IDE escapista, uma vez que os investidores como não confiam no ambiente do país de origem optam por mover o seu capital para o exterior através de IDE em vez de investir no mercado doméstico (Audretsch et al., 2021). O IDE funciona assim como forma de escapar aos efeitos da corrupção existente no país de origem (Stoian & Mohr, 2016).

Já o impacto negativo da pequena corrupção no IDE, poderá ser explicado pela incerteza associada a este tipo de práticas, uma vez que aumenta os custos das operações, sem qualquer garantia de que a contrapartida pela qual se pagou suborno seja cumprida.

Esta dissertação visa contribuir para a ideia de que a corrupção é um conceito pouco claro, uma vez que não existe acordo sobre o que é de facto a corrupção, de tal modo que as definições existentes apresentam diferenças entre elas, o que naturalmente se traduz na dificuldade em medir a corrupção (Rose, 2018). Temos o exemplo do Lóbi que nos Estados Unidos da América se encontra já devidamente legalizado e regulamentado, enquanto em Portugal assim como em vários países da União Europeia, não se encontra regulamentado, pelo que a sua prática é por vezes considerada corrupção (Transparência Internacional, 2022).

## **6.1. Contributo**

A presente dissertação contribui para a literatura existente, uma vez que ao dividir a corrupção em grande corrupção e pequena corrupção, e tendo obtido resultados contraditórios ao concluir que a grande corrupção tem um impacto positivo e a pequena corrupção tem um impacto negativo, o presente estudo poderá assim, fornecer-nos uma visão

do que poderá justificar as diferenças que a literatura apresenta para a questão que motivou esta dissertação, uma vez que não é clara a relação entre a corrupção e o IDE.

## **6.2. Contribuições para a prática**

A presente dissertação permite dar o seu contributo ao analisar se a percepção da corrupção por parte dos investidores, tem ou não impacto nas suas decisões de investimento nomeadamente através de IDE, o que poderá ser utilizado pelos gestores quando pretendam atrair ou efetuar IDE. De acordo com a revisão de literatura, e que os resultados da presente dissertação corroboram, é primordial não apenas analisar a existência de corrupção, mas também qual a sua natureza (Cuervo-Cazurra, 2008).

## **6.3. Limitações e sugestões de pesquisa futura**

Para analisar a pequena corrupção utilizei o valor do presente esperado para garantir um contrato governamental, no entanto a pequena corrupção, ou o tipo de práticas que se enquadram na pequena corrupção é mais do que isto, além do mais está também presente no setor privado. Verifiquei ainda, que os dados existentes para medir a pequena corrupção poderão estar muito desfasados da realidade, uma vez que na amostra temos 47 países em que este valor é igual a zero. Existem países em que, de acordo com o IPC da Transparência Internacional têm problemas com altos níveis de corrupção, tais como o Tonga, o Tadjiquistão, o Uzbequistão ou o Azerbaijão, no entanto de acordo com o *World Bank* o valor de presente esperado para garantir um contrato governamental é igual a zero. Nesse sentido podemos afirmar que entre a medida utilizada e a que é expectável que se verifique na realidade existam diferenças significativas, o que poderá pôr em causa as conclusões da presente dissertação.

Esta dissertação apresenta ainda uma limitação relacionada com os dados de IDE, uma vez que foram utilizados dados de vários anos, nomeadamente no período compreendido entre 2006 e 2022, para conseguir um número suficiente de observações com o qual fosse possível trabalhar. Tendo em conta que durante este período ocorreram alguns eventos de

cariz macroeconómico, tais como a crise do imobiliário, com início em 2008 nos Estados Unidos da América, ou a pandemia com início na China em 2019, será possível que estes eventos tenham resultado em diferenças nos fluxos de investimento, por isso o resultado da análise efetuada poderá estar enviesada.

A medição da corrupção continua a ser uma questão particularmente complexa, uma vez que se verifica uma incapacidade de medir a sua verdadeira extensão (Goel et. al., 2022). Nesse sentido e para que seja possível tirar conclusões mais objetivas, sugere-se que para estudos futuros a procura ou elaboração/manipulação de escalas referentes às várias dimensões da corrupção, assim como a análise de países com o mesmo nível de desenvolvimento para vários anos, uma vez que países no mesmo grau de desenvolvimento deverão ter o mesmo nível de tolerância à corrupção (Cuervo-Cazurra, 2008).

Sugere-se ainda a análise ao impacto nos fluxos de IDE, da diferença percebida da pequena corrupção e da grande corrupção entre dois países. Ou seja, recolher dados da perceção da pequena corrupção e da grande corrupção para dois países, e recolher os dados referentes aos fluxos de saída e de entrada de IDE desses dois países ao longo de vários anos. Esta análise dar-nos-ia uma perspetiva de perceção da corrupção para os mesmos países ao longo do tempo, assim como as variações no investimento. Eventualmente teríamos uma visão mais clara da forma como a corrupção é percebida pelos investidores e seria assim possível perceber, no caso em concreto, qual a relação causa-efeito para a variação dos fluxos bilaterais de IDE em ambos os países.

## 7. Conclusão

O IDE é considerado um dos impulsionadores de crescimento o que se traduz em melhoria na qualidade de vida da sociedade de forma generalizada. Por isso existem inúmeros estudos que procuram compreender tanto os determinantes, como as consequências e os motivos que levam os investidores a procurarem esta forma de investimento. A corrupção é vista como um obstáculo que coloca em causa ao bem-estar social, o que tem motivado o interesse crescente em procurar formas de a combater. Procurei com este estudo analisar o impacto que a existência de corrupção no país de origem, tem na decisão de efetuar IDE, dividindo a corrupção em grande e pequena corrupção.

Foi realizado um estudo empírico onde utilizei indicadores para medir o IDE e a corrupção, assim como várias variáveis que poderiam interferir nos fluxos de saída de IDE dos países em análise. Apesar de esperar confirmar as hipóteses de que a corrupção leva à diminuição de IDE, o resultado para as duas formas de corrupção é distinto, uma vez que se confirma que a pequena corrupção impacta negativamente o IDE enquanto a grande corrupção tem um impacto positivo. Estes resultados poderão estar relacionados com a incerteza associada à pequena corrupção, uma vez que o pagamento não garante o serviço, enquanto na grande corrupção, esta é vista como uma prática menos arriscada uma vez que a grande corrupção está associada à criação da lei (Mashali, 2012), ou aos favores nos mais altos cargos políticos.

## Referências Bibliográficas

- Angelucci, C., & Russo, A. (2022). Petty Corruption and Citizen Reports. *International Economic Review*, 63(2), 831-848. <https://doi:10.1111/iere.12567>
- Asiedu, E., & Freeman, J. (2009). The Effect of Corruption on Investment Growth: Evidence from Firms in Latin America, Sub-Saharan, Africa, and Transition Countries. *Review of Development Economics*, 13(2), 200–214. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9361.2009.00507.x>
- Audretsch, D. B., Belitski, M., Chowdhury, F., & Desai, S. (2021). Home-country export regulations, credit markets, and corruption: implications for different types of internationalization. *Transnational Corporations (UNCTAD)* 28 (2), 31–66. <https://doi.org/10.18356/2076099x-28-2-2>
- Banco de Portugal, <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/paginas/1646>. Disponível em março, 22, 2023
- Banco de Portugal, <https://www.bportugal.pt/page/o-que-e-inflacao-e-porque-um-objetivo-de-2>. Disponível em maio, 6, 2023.
- Belgibayeva, A., & Plekhanov, A. (2019). Does corruption matter for sources of foreign direct investment? *Review of World Economics*, 155(3), 487–510. <https://doi.org/10.1007/s10290-019-00354-1>
- Bhat, M. N., Ikram, F., & Rahman, M. N. (2023). Foreign Direct Investment and Imports in India: Exploring Institutional Dimensions. *Journal of the Knowledge Economy*, 1–32. <https://doi.org/10.1007/s13132-023-01136-9>
- Blackburn, K., Haque, M. E., & Bose, N. (2006). The incidence and persistence of corruption in economic development. *Journal of Economic Dynamics and Control*, 30(12), 2447-2467. <https://doi.org/10.1016/j.jedc.2005.07.007>
- Bohn, F. (2013). Grand corruption instead of commitment? Reconsidering time-inconsistency of monetary policy. *Journal of International Money and Finance*, 32, 478–490. <https://doi.org/10.1016/j.jimonfin.2012.05.021>

- Borja, K. (2017). Corruption indicators, foreign capital, and economic growth in developing countries. *The Journal of Developing Areas*, 51(4), 95–107. <https://doi.org/10.1353/jda.2017.0090>
- Capasso, S. & Santoro, L. (2018). Active and passive corruption: Theory and evidence. *European Journal of Political Economy*, 52, 103–119. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2017.05.004>
- Ceschel, F., Hinna, A., & Homberg, F. (2022). Public Sector Strategies in Curbing Corruption. A Review of the Literature. *Public Organization Review*, 22(3), 571–591. <https://doi.org/10.1007/s11115-022-00639-4>
- Chêne, M. (2019). Successful approaches to tackle petty corruption. *Berlin: Transparency International*.
- Chowdhury, A., & Mavrotas, G. (2006). FDI and Growth: What Causes What? *World Economy*, 29(1), 9–19. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9701.2006.00755.x>
- Chowdhury, F., & Audretsch, D. B. (2021). Do corruption and regulations matter for home country nascent international entrepreneurship? *Journal of Technology Transfer*, 46(3), 720–759. <https://doi.org/10.1007/s10961-020-09797-3>
- Cuervo-Cazurra, A. (2006). Who cares about corruption? *Journal of International Business Studies*, 37(6), 807–822. <https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8400223>
- Cuervo-Cazurra, A. (2008). Better the devil you don't know: Types of corruption and FDI in transition economies. *Journal of International Management*, 14(1), 12–27. <https://doi.org/10.1016/j.intman.2007.02.003>
- Cuervo-Cazurra, A., & Ramamurti, R. (2015). The escape motivation of emerging market multinational enterprises. Columbia FDI perspectives. *Columbia Center on Sustainable Investment*, 143. <http://hdl.handle.net/10419/253977>
- Cuervo-Cazurra, A., Mudambi, R., & Pedersen, T. (2019). Clarifying the relationships between institutions and global strategy. *Global Strategy Journal*, 9(2), 151–175. <https://doi.org/10.1002/gsj.1342>

- Dávid-Barrett, E., & Fazekas, M. (2020). Grand corruption and government change: an analysis of partisan favoritism in public procurement. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 26(4), 411–430. <https://doi.org/10.1007/s10610-019-09416-4>
- Direção Geral da Política de Justiça. <https://dgpj.justica.gov.pt/Documentos/Prevenir-e-combater-a-corrupcao/Tipos-de-corrupcao>. Disponível em março, 18, 2023.
- Donaubauer, J., Kannen, P., & Steglich, F. (2022). Foreign Direct Investment & Petty Corruption in Sub-Saharan Africa: An Empirical Analysis at the Local Level. *Journal of Development Studies*, 58(1), 76–95. <https://doi.org/10.1080/00220388.2021.1956471>
- Dunning, J. H. (1993). *Multinational Enterprises and the Global Economy*, Addison-Wesley.
- Dunning, J. H. (2000). The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. *International Business Review*, 9(2), 163-190. [https://doi.org/10.1016/S0969-5931\(99\)00035-9](https://doi.org/10.1016/S0969-5931(99)00035-9)
- Egger, P., & Winner, H. (2005). Evidence on Corruption as an Incentive for Foreign Direct Investment. *European Journal of Political Economy*, 21(4), 932–952. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2005.01.002>
- Elliott, K. A. (1997). *Corruption and the global economy*. Peterson Institute.
- Francis, J., Zheng, C., & Mukherji, A. (2009). An institutional perspective on foreign direct investment: A multi-level framework. *Management International Review*, 49(5), 565–583. <https://doi.org/10.1007/s11575-009-0011-x>
- Ferreira, M. P., Reis, N. R., & Serra, F. R. (2011). *Negócios Internacionais e Internacionalização para as Economias Emergentes*. Lidel.
- Glynn, P., Kobrin, S. J., & Naim, M. (1997). The Globalization of Corruption. In Kimberly Elliott. *Corruption and the Global Economy*, 7–27.
- Goel, R. K., & Saunoris, J. W. (2019). International corruption and its impacts across entrepreneurship types. *Managerial & Decision Economics*, 40(5), 473–579. <https://doi.org/10.1002/mde.3017>

- Goel, R. K., Mazhar, U., & Ram, R. (2022). Dimensions of size and corruption perceptions versus corruption experiences by firms in emerging economies. *Journal of Economics & Finance*, 46(2), 374–396. <https://doi.org/10.1007/s12197-022-09571-1>
- Grodeland, A. B. (2010). Informal relations in public procurement. In X International Scientific Conference on the problems of the development of the economy and society. *Moscow: State University*.
- Gundlach, E., & Paldam, M. (2009). The transition of corruption: From poverty to honesty. *Economics Letters*, 103(3), 146–148. <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2009.03.002>
- Habib, M., & Zurawicki, L. (2001). Country-level investments and the effect of corruption - some empirical evidence. *International Business Review*, 10(6), 687–700. [https://doi.org/10.1016/S0969-5931\(01\)00038-5](https://doi.org/10.1016/S0969-5931(01)00038-5)
- Hanoteau, J., & Pawitan, G. (2020). Does social capital reduce entrepreneurs petty corruption? Evidence across Indonesian regions. *Papers in Regional Science*, 100(3), 651–670. <https://doi.org/10.1111/pirs.12588>
- Hansen, H., & Rand, J. (2006). On the Causal Links Between FDI and Growth in Developing Countries. *World Economy*, 29(1), 21–41. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9701.2006.00756.x>
- Hymer, S. H. (1976). *The International Operations of Foreign Firms: A Study of Direct Foreign Investment*. Mass.: MIT (originally, Ph.D. dissertation, MIT, 1960), Cambridge.
- Huang, Y., & Sternquist, B. (2007). Retailers Foreign Market Entry Decisions: An Institutional Perspective. *International Business Review*, 16(5), 613–629. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2007.06.005>
- Instituto Nacional de Estatística. (1994). <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2369?voltar=1>. Disponível em dezembro, 23, 2022.
- Johanson, J., & Vahlne, J. E. (1990). The Mechanism of Internationalisation. *International Marketing Review*, 7, 11–24.

- Johanson, J., & Vahlne, J. E. (1977). The Internationalization Process of the Firm: A Mode for Knowledge Development and Increasing Foreign Market Commitment. *Journal of International Business Studies*, 8, 23–32. <https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8490676>
- Kimya, F. (2019). Political economy of corruption in Turkey: declining petty corruption, rise of cronyism? *Turkish Studies*, 20(3), 351–376. <https://doi.org/10.1080/14683849.2018.1531352>
- Kindleberger, C. P. (1969). *American Business Abroad: Six Lectures on Direct Investment*. Yale University Press. *New Haven. Conn and London*.
- Kostova, T., Beugelsdijk, S., Scott, W. R., Kunst, V. E., Chua, C. H., & van Essen, M. (2020). The construct of institutional distance through the lens of different institutional perspectives: Review, analysis, and recommendations. *Journal of International Business Studies*, 51(4), 467-497. <https://doi.org/10.1057/s41267-019-00294-w>
- Larsson, F., & Grimes, M. (2022). Societal Accountability and Grand Corruption: How Institutions Shape Citizens' Efforts to Shape Institutions. *Political Studies*, 1. <https://doi.org/10.1177/003232172111067134>
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics.: 7ª edição. Report Number, Lda*.
- Mashali, B. (2012). Analyzing the relationship between perceived grand corruption and petty corruption in developing countries: case study of Iran. *International Review of Administrative Sciences*, 78(4), 775–787. <https://doi.org/10.1177/0020852312455991>
- Menninger, J. (2003). Does Foreign Direct Investment Always Enhance Economic Growth? *Kyklos*, 56(4), 491–508. <https://doi.org/10.1046/j.0023-5962.2003.00235.x>
- Nações Unidas (2007) *Convenção das Nações Unidas Contra a Corupção*, (2007). [https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics\\_corruption/Publicacoes/2007\\_UNCAC\\_Port.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_corruption/Publicacoes/2007_UNCAC_Port.pdf). Disponível em outubro, 29, 2022.

- Navickas, V., Navickas, M., & Kordos, M. (2016). Corruption effect on foreign direct investments in European Union countries. *Business: Theory & Practice*, 17(4), 299-306. <https://doi.org/10.3846/btp.17.10863>
- Onkvisit, S., & Shaw, J. J. (1983). An Examination of the International Product Life Cycle and Its Application Within Marketing. *Columbia Journal of World Business*, 18, 73-79.
- Peng, M. W., Sun, S. L., Pinkham, B., & Chen, H. (2009). The institution-based view as a third leg for a strategy tripod. *Academy of Management Perspectives*, 23(3), 63-81. <https://doi.org/10.5465/amp.2009.43479264>
- Pessegueiro, D. M., Ferreira, M. A. S. P. V., Reis, N. R., & Pinto, C. S. F. (2018). The influence of arbitrary and pervasive corruption on FDI inflows and the moderating effect of corruption distance: evidence from Latin America. *Internext: Review of International Business*, 13(1), 50–62. <https://doi.org/10.18568/1980-4865.13150-62>
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2008). Análise de Dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS (5ª ed.) *Lisboa: Edições Sílabo*
- Primorac, D., & Smolji, M. (2011). Impact of Corruption on Foreign Direct Investment. *Megatrend Review*, 8(2), 169–199.
- Qian, X., & Sandoval-Hernandez, J. (2016). Corruption Distance and Foreign Direct Investment. *Emerging Markets Finance & Trade*, 52(2), 400–419. <https://doi.org/10.1080/1540496X.2015.1047301>
- Rose-Ackerman, S. (2002). “Grand” corruption and the ethics of global business. *Journal of Banking & Finance*, 26(9), 1889–1918. [https://doi.org/10.1016/S0378-4266\(02\)00197-8](https://doi.org/10.1016/S0378-4266(02)00197-8)
- Rose, J. (2018). The Meaning of Corruption: Testing the Coherence and Adequacy of Corruption Definitions. *Public Integrity*, 20(3), 220–233. <https://doi.org/10.1080/10999922.2017.1397999>
- Sadik-Zada, E. R., Gatto, A., & Niftiyev, I. (2022). E-government and petty corruption in public sector service delivery. *Technology Analysis & Strategic Management*, 1–17. <https://doi.org/10.1080/09537325.2022.2067037>

- Serra, F. R., Ferreira, M. P., Torres, M. C. & Torres, A. P. (2010). *Gestão Estratégica Conceitos e Prática. Lidel - Edições Técnicas.*
- Shabbir, G. & Anwar, M. 2007. Determinants of Corruption in Developing Countries. *The Pakistan Development Review. Pakistan Institute of Development Economics, 46(4), 751–764.*
- Sparling, R. A. (2018). Impartiality and the Definition of Corruption. *Political Studies, 66(2), 376–391.* <https://doi.org/10.1177/0032321717722360>
- Spyromitros, E., & Panagiotidis, M. (2022). The impact of corruption on economic growth in developing countries and a comparative analysis of corruption measurement indicators. *Cogent Economics & Finance, 10(1).* <https://doi.org/10.1080/23322039.2022.2129368>
- Stanimir, D., & Nenad, A. (2021). Analysis of security management activities and economic consequences of corruption in privatization of agricultural land in Serbia. *Ekonomika Poljoprivrede, 68(3), 595–609.* <https://doi.org/10.5937/ekoPolj2103595D>
- Stoian, C., & Mohr, A. (2016). Outward foreign direct investment from emerging economies: escaping home country regulative voids. *International Business Review, 25(5), 1124–1135.* <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2016.02.004>
- Transparência Internacional. (2019). Glossário Anti-corrupção <https://transparencia.pt/glossario-anti-corrupcao/>. Disponível em janeiro, 30, 2023.
- Transparência Internacional, (2022 ). Parecer sobre os projetos de lei sobre a regulamentação da atividade do lobbying. [https://transparencia.pt/wp-content/uploads/2022/04/TI-Portugal\\_Parecer\\_Regulac%CC%A7a%CC%83o\\_Lobbying\\_2022-2.pdf](https://transparencia.pt/wp-content/uploads/2022/04/TI-Portugal_Parecer_Regulac%CC%A7a%CC%83o_Lobbying_2022-2.pdf). Disponível em junho, 19, 2023.
- Uhlenbruck, K., Rodriguez, P., Doh, J., Eden, L. (2006). The impact of corruption on entry strategy: evidence from telecommunication projects in emerging economies. *Organization Science, 17(3), 402–414.* <https://doi.org/10.1287/orsc.1060.0186>
- Urbina, D. A. (2020). The Consequences of a Grabbing Hand: Five Selected Ways in Which Corruption Affects the Economy. *Economía, 43(85), 65–88.* <https://doi.org/10.18800/economia.202001.004>

Vernon, R. (1966). International Investment and International Trade in the Product Cycle. *Quarterly Journal of Economics*, 80, 190–207. <https://doi.org/10.2307/1880689>

World Bank <https://www.worldbank.org/en/topic/governance/brief/combating-corruption>. Disponível em fevereiro, 03, 2023.

World Bank <https://www.worldbank.org/en/news/opinion/2023/06/13/corruption-is-a-global-problem-for-development-to-fight-it-we-all-have-a-role-to-play>. Disponível em janeiro, 28, 2023.

World Bank. (2022). Business Enabling Environment (BEE) project.. <https://www.worldbank.org/en/home>. Disponível em dezembro, 22, 2022.

## Anexos

### Anexo I – Lista de Países da Amostra

1	Albânia	31	Equador
2	Argentina	32	Egipto
3	Arménia	33	El Salvador
4	Áustria	34	Estónia
5	Azerbaijão	35	Eswatini= Suazilândia
6	Bangladesh	36	Finlândia
7	Barbados	37	França
8	Bielorrússia	38	Gabão
9	Bélgica	39	Alemanha
10	Benim	40	Gana
11	Butão	41	Grécia
12	Bósnia e Herzegovina	42	Guatemala
13	Brasil	43	Guiné
14	Bulgária	44	Hungria
15	Burkina Faso	45	Índia
16	Burundi	46	Indonésia
17	Cabo Verde	47	Irlanda
18	Camboja	48	Israel
19	Camarões	49	Jamaica
20	Chile	50	Jordânia
21	China	51	Cazaquistão
22	Colômbia	52	Quénia
23	República Democrática do Congo	53	Kosovo
24	Costa Rica	54	Quirguistão
25	Costa do Marfim	55	Laos
26	Croácia	56	Letónia
27	República Checa	57	Líbano
28	Dinamarca	58	Libéria
29	Dominica	59	Lituânia
30	República Dominicana	60	Luxemburgo

61	Madagáscar	87	Ruanda
62	Malawi	88	Samoa
63	Malásia	89	Senegal
64	Máli	90	Sérvia
65	Mauritânia	91	Serra Leoa
66	Maurícia	92	Eslováquia
67	México	93	Eslovénia
68	Moldávia	94	Espanha
69	Mongólia	95	Sri Lanka
70	Montenegro	96	Suécia
71	Marrocos	97	Tailândia
72	Moçambique	98	Togo
73	Namíbia	99	Tonga
74	Nepal	100	Trindade e Tobago
75	Nicarágua	101	Tunísia
76	Níger	102	Turquia
77	Nigéria	103	Uganda
78	Macedónia do Norte	104	Ucrânia
79	Paquistão	105	Uruguai
80	Nova Guiné	106	Uzbequistão
81	Paraguai	107	Vanuatu
82	Peru	108	Vietnam
83	Filipinas	109	Yemen
84	Polónia	110	Zâmbia
85	Roménia	111	Zimbabué
86	Rússia		